



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018

ATA N.º 01/2018

Ao primeiro dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezoito, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, nesta cidade de Lagoa - Açores, sob a Presidência de José Manuel Dias Pereira, do Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues e da Segunda Secretária Edite Souto de Freitas Preto, em substituição da membro Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes, Frederico Furtado de Sousa, Pedro Alexandre Gomes Marques, Rúben Filipe Rebelo Cabral, Maria dos Anjos da Silva Costa Silva, Pedro Miguel Sousa Rodrigues, César Augusto Medeiros Pacheco, Ana Teresa Amaral Pimentel Sousa Medeiros, Eduíno Manuel da Ponte Rego, Vítor Manuel Medeiros Sousa, Olga Maria Rodrigues Borges Soares, Álvaro Nuno Carreiro da Mata Vitorino, José Eduardo da Cunha Pacheco, Mónica Isabel Barranqueiro Domingues, Carla Mota Martins Galvão, Francisco Ferreira de Magalhães, Adriano Manuel Mota Costa, Gilberto de Sousa Borges, Sérgio Paulo Botelho Costa e Victória da Silva Couto.

Não compareceram à sessão os seguintes membros: Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo, André Carvalho Almeida e Paulo Ricardo Pereira de Melo.

Em representação da Câmara Municipal, participaram a Senhora Presidente, Cristina de Fátima Silva Calisto, acompanhada pelos Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado, Albertina Maria Costa Oliveira, Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta esta sessão. Saudou a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais e todos os presentes. Agradeceu a presença de todos. Expôs que esta foi a 1.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal, deste ano de 2018.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que atendendo que foi enviada cópia da ata a todos os Deputados Municipais, que fosse dispensada a leitura da ata, o que foi aceite, por

unanimidade. De seguida, colocou à aprovação de todos os membros a ata da quinta sessão ordinária, de 05 de dezembro de 2017.

A ata foi aprovada, por maioria, com dezassete votos a favor dos membros do Partido Socialista, quatro votos contra dos membros do Partido Social Democrata, Carlos Resendes, Vítor Sousa, José Pacheco e Carla Galvão e uma abstenção do membro do Partido Social Democrata Ana Teresa Medeiros, não tendo participado na votação o membro do Partido Social Democrata Rúben Cabral porque não esteve presente naquela sessão, dos vinte e três membros presentes.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e apresentou, em representação dos Deputados Municipais do PSD - Partido Social Democrata, a Declaração de Voto, que abaixo se transcreve:

"Declaração de Voto

Os Deputados Municipais da Assembleia Municipal de Lagoa eleitos pelas listas do PSD votam contra a aprovação da ata da Assembleia Municipal 07/2017, realizada a 05 de dezembro de 2017. O voto resulta de existir informação apresentada na mesma que não corresponde à verdade, nomeadamente, o número de abstenções indicadas no voto de congratulação pelo 10.º aniversário do Agrupamento 1333 do Corpo Nacional de Escutas da Ribeira Chã e no voto de congratulação do 30.º aniversário da Associação Cultural Grupo Jovem Pauense. Ao contrário do que está plasmado na ata, no primeiro voto de congratulação não houve abstenções e não uma abstenção. Por sua vez, no segundo voto de congratulação houve apenas uma abstenção e não três abstenções.

Esta situação é algo que não pode ocorrer, pois o documento, que deverá refletir o que foi apresentado, discutido e votado na Assembleia Municipal, passa a não corresponder à realidade dos factos. Tendo em consideração esta ocorrência, os Deputados Municipais eleitos pelas listas do PSD à Assembleia Municipal, propõem que se passe a gravar as sessões, garantindo desta forma um registo que pode ser utilizado por quem tem de realizar as atas para garantir a correção do que é registado em ata. Estas gravações também permitiriam esclarecer qualquer questão deste género no futuro sem se levantar qualquer dúvida. A par da gravação e tendo em conta o objetivo de inserir a Lagoa no conjunto de SMART CITIES, sugerimos o uso das novas tecnologias para transmitir em direto através da internet as sessões da Assembleia Municipal, permitindo que qualquer munícipe possa assistir ao desenrolar dos trabalhos aproximando-os ao mesmo tempo deste órgão autárquico."

Na sequência da votação da ata, o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Manuel Rodrigues, no uso da palavra, saudou todos os presentes e interveio para defesa da sua honra e dignidade, assim como dos restantes membros da Mesa, bem como de quem redigiu e subscreveu a referida ata.

Considerou que a declaração de voto apresentada pelo Grupo do PSD - Partido Social Democrata - representa uma acusação grave, quando refere que o resultado do escrutínio dos dois votos de congratulação apresentados pelo PSD na última sessão - um pelo 10.º Aniversário do Agrupamento de escuteiros n.º 1333 do CNE da Ribeira Chã e outro pelo 30.º Aniversário da Associação Cultural Grupo Jovens Pauense - não correspondem à verdade.

O Primeiro Secretário lamentou que, não tendo a Mesa recebido qualquer pedido de esclarecimento ou correção à ata até ao início desta sessão, uma vez que ela já era do conhecimento de todos os membros desde o passado dia 23 de janeiro, venha agora o PSD procurar protagonismo numa declaração de voto ardilosa. Por isso, considerou tratar-se de um comportamento inaceitável, renovando total disponibilidade para a correção de eventuais falhas, em tempo útil, embora não reconheça, neste caso, mais uma vez, qualquer fundamento para a declaração de voto apresentada. Informou ainda que a contagem dos resultados das votações é feita, individualmente, por todos os membros da Mesa e confrontada no final da sessão, rigorosamente, para eliminar eventuais falhas.

O Primeiro Secretário assegurou que a Mesa está, desde a primeira hora, imbuída de um espírito construtivo e com total disponibilidade para fazer o melhor trabalho possível, esperando que a postura protagonizada pelo Grupo do PSD, na presente sessão, não seja repetida, pelo menos no que ao trabalho desenvolvido pela Mesa diz respeito.

Terminou dizendo que não admite que a sua honorabilidade e das pessoas que secretariam as sessões seja colocada em causa. Defendeu que redigem as atas com total isenção, apoiadas no registo rigoroso do que se passa em cada sessão e que se encontram totalmente disponíveis para esclarecer e corrigir atempadamente todos os aspetos que os Deputados Municipais considerarem que não reproduzam fielmente as ocorrências, mas com lealdade e respeito por quem se digna servir o Concelho com justiça e imparcialidade, como o desempenho da função obriga.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, referiu que não se trata de uma questão de ataque pessoal, trata-se apenas de uma situação em que a contagem de votos registada na ata não corresponde àquela que fizeram e tinham registado.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que as intervenções ficarão registadas em ata.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida, no período de 06 de dezembro de 2017 a 1 de fevereiro de 2018, informando que a mesma se encontrava disponível para consulta. Pelo membro Rúben Filipe Rebelo Cabral foi recebida comunicação, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 5 de dezembro de 2017 e pelo membro Graça de Lurdes Resendes Costa Araújo foi recebida comunicação, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 1 de fevereiro de 2018.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO - INSTALAÇÃO DO HIA - HOSPITAL INTERNACIONAL DOS AÇORES NO CONCELHO DA LAGOA:

Por proposta da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o Voto de Congratulação pela Instalação do HIA - Hospital Internacional dos Açores, no Concelho da Lagoa, que abaixo se transcreve, o qual foi lido pelo Primeiro Secretário Manuel António Rodrigues:

“No final do mês de dezembro de 2017, foi noticiado que o Governo Regional dos Açores despachou favoravelmente a construção do primeiro Hospital Privado nos Açores, o HIA – Hospital Internacional dos Açores, que ficará instalado no Tecnoparque, na Lagoa.

Este hospital tem como promotor o Grupo HPA, um dos maiores grupos privados nacional, ligados à área da saúde, detentor de 14 unidades hospitalares por todo o país, irá disponibilizar nos Açores mais de 40 especialidades médicas e apostará na diferenciação e inovação, bem como no turismo de saúde.

Uma obra que iniciar-se-á este ano, estimando-se que esta nova infraestrutura hospitalar esteja em funcionamento no 2.º semestre de 2020.

Face ao exposto, a mesa desta Assembleia Municipal, propõe um voto de congratulação à Câmara Municipal de Lagoa, na pessoa da sua Presidente Dra. Cristina Calisto, pela disponibilidade e contacto direto com os promotores, bem como o seu empenho pessoal para a concretização deste investimento no concelho da Lagoa.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes:

- 1.º** Aprovar o voto de congratulação à Câmara Municipal de Lagoa, na pessoa da sua Presidente Dra. Cristina Calisto, pela Instalação do HIA - Hospital Internacional dos Açores no Concelho da Lagoa, acima transcrito;
- 2.º** Dar conhecimento do referido voto de congratulação à Câmara Municipal de Lagoa;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

VOTO DE CONGRATULAÇÃO - INSTITUTO CULTURAL PE. JOÃO JOSÉ TAVARES:

Por proposta da Mesa, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o Voto de Congratulação ao Instituto Cultural Padre João José Tavares, que abaixo se transcreve, o qual foi lido pela Segunda Secretária Edite Souto de Freitas Preto:

“O Instituto Cultural Padre João José Tavares foi formalmente constituído a 7 de abril de 2008 e tem a distinta finalidade de dar a conhecer a cultura do concelho de Lagoa, em diversas áreas, como o património, a história, a música, a museologia, a arte sacra, entre outras, bem como, tem o nobre objetivo de educar e enriquecer culturalmente os lagoenses.

O Instituto Pe. João José Tavares tem levado a efeito, na Lagoa, diversos eventos de cariz cultural, nomeadamente conferências, exposições, concertos musicais, ciclos de cinema, a par de várias publicações sobre o concelho, tais como: *A âncora do meu coração*, de Maria Palmira da Silva Leite Bettencourt; *Notas sobre a toponímia lagoense*, de Maria Antónia Mota Albergaria Pacheco; *A Distribuição Pública de Água na Vila da Lagoa, S. Miguel, Açores*, da autoria da Dra. Sandra Maria Gonçalves Monteiro e *Círculo de Amigos da Vila da Lagoa*, da autoria da Dra. Susana Goulart Costa e da Dra. Sandra Maria Gonçalves Monteiro.

Um dos grandes eventos promovidos por este Instituto é a realização da Gala da Ópera, cuja 3.^a edição teve lugar no Cine teatro Francisco d' Amaral Almeida, no passado dia 29 de dezembro de 2017.

A Gala da Ópera é uma iniciativa de grande êxito e valor, revelando um soberbo nível musical e uma exímia expressão artística e cultural, dando a conhecer publicamente os distintos cantores líricos, naturais da Lagoa.

Considerando que, o Instituto Cultural Padre João José Tavares tem desempenhado exemplarmente a sua missão cultural que visa enriquecer o conhecimento da população lagoense, assumindo-se como um exemplo a seguir pela excelência dos seus eventos, neste caso concreto a realização da III Gala da Ópera, a mesa da Assembleia Municipal propõe a atribuição de um voto de congratulação a este Instituto, para que continue a desenvolver um trabalho cultural gratificante junto dos lagoenses e do concelho da Lagoa."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes:

- 1.º** Aprovar o voto de congratulação ao Instituto Cultural Padre João José Tavares, acima transcrito;
- 2.º** Dar conhecimento do referido voto de congratulação ao Instituto Cultural Padre João José Tavares;
- 3.º** Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou para apreciação, a informação escrita da Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do município, bem como o saldo e o estado das dívidas a fornecedores, conforme previsto no n.º 4 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

A Assembleia Municipal apreciou as informações, de acordo com o estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PONTO N.º 2 – RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE 2017 – ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO:

De acordo com a Lei n.º 24/98, de 26 de maio, que aprovou o Estatuto do Direito de Oposição, foi presente o Relatório de Avaliação referente ao ano de 2017.

Por parte da Câmara Municipal foi cumprido o estabelecido no n.º 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, pois foi enviado o Relatório de Avaliação de 2017, para direito de consulta prévia, aos titulares do direito de oposição, Vereadores do Partido Social-Democrata (PSD) e Membros da Assembleia Municipal do Partido Social-Democrata (PSD).

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, do Relatório de Avaliação de 2017, ao abrigo do Estatuto do Direito de Oposição.

PONTO N.º 3 – RELATÓRIOS DE EXECUÇÃO DE 2017 – PLANO DE PREVENÇÃO DOS RISCOS DE GESTÃO, INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS, DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Sobre o Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores, foi presente a informação acompanhada dos relatórios de execução referentes ao ano de 2017, com os exemplos de riscos e exemplos de medidas, elaborados pelos responsáveis dos respetivos Serviços: Contratação Pública; Concessão de Benefícios Públicos; Urbanismo e Edificação; Recursos Humanos e Gestão Financeira.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, dos relatórios de execução referentes ao ano de 2017, nos termos do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão, incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas, do Município de Lagoa - Açores.

PONTO N.º 4 – DECLARAÇÕES AO ABRIGO DA LEI DOS COMPROMISSOS E DOS PAGAMENTOS EM ATRASO:

Pela Câmara Municipal foram presentes as Declarações, nos termos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, declarando que os compromissos plurianuais do Município de Lagoa, existentes a 31 de dezembro de 2017, se encontram devidamente registados na base de dados central de encargos plurianuais, que a 31 de dezembro de 2017, o Município de Lagoa não tinha pagamentos em atraso e a indicação de todos os recebimentos em atraso existentes a 31 de dezembro de 2017.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento, das referidas declarações, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do Artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, na sua atual redação.

PONTO N.º 5 – ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NO CONSELHO DE ILHA DE SÃO MIGUEL:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal apresentou o Edital com a convocatória para a Instalação do Conselho de Ilha de São Miguel, no qual solicitam a indicação dos representantes desta Assembleia Municipal, para integrar aquele Conselho de Ilha.

A alínea b) do número 1 do artigo 2.º do Decreto Legislativo Regional n.º 21/99/A, de 10 de julho, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 11/2015/A, de 14 de abril, que estabelece o Regime Jurídico do Conselho de Ilha, refere que o Conselho de Ilha é composto por quatro membros eleitos por cada Assembleia Municipal.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e três membros presentes:

1.º Designar os seguintes membros, para integrar o Conselho de Ilha:

- Edite Souto de Freitas Preto;
- Eduíno Manuel da Ponte Rego;
- Francisco Ferreira de Magalhães;
- Carlos Eduardo Teixeira de Faria Resendes;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Deputado Municipal Frederico Sousa, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e solicitou que fosse dado conhecimento a esta Assembleia Municipal, a Agenda de Trabalhos do Conselho de Ilha de São Miguel, a fim de tomarem posição sobre algum assunto de interesse para o Conselho de Lagoa. Na situação de não coincidir com o agendamento das sessões desta Assembleia Municipal, solicitou que fosse dado conhecimento, na sessão seguinte, os assuntos que foram discutidos naquele Conselho.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal respondeu que será dado conhecimento a esta Assembleia todos os assuntos discutidos do Conselho de Ilha de São Miguel.

PONTO N.º 6 – OUTROS ASSUNTOS:

Conforme disponibilizado a todos os membros, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a introdução dos seguintes assuntos:

- Orçamento e Grandes Opções do Plano da AMISM para o ano de 2018;
 - Proposta – Celebração de contratos de renting;
 - Definição de Interesse Municipal – Projeto de investimento no Tecnoparque – Portas da Lagoa.
- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, pelos vinte e três membros presentes, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA AMISM PARA O ANO DE 2018:

Pela AMISM - Associação de Municípios da Ilha de São Miguel foi presente o ofício n.º 17/2018 P.6/2018 EXT, de 19 de janeiro de 2018, remetendo nos termos do n.º 3 do Artigo 22.º dos Estatutos da AMISM, cópia do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, daquela Associação, para o ano de 2018.

Refere o n.º 3 do Artigo 22.º dos Estatutos da AMISM que o plano e o orçamento são remetidos pelo Conselho de Administração às Assembleias dos Municípios associados, para seu conhecimento, no prazo de um mês após a aprovação.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PROPOSTA – CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE RENTING:

Para conhecimento da Assembleia Municipal foi presente pela Câmara Municipal, a proposta referente à celebração dos seguintes contratos de renting:

- Renting de uma viatura da marca Peugeot, modelo Partner L1 Premium 1.6 BlueHDi de 75 cv, pelo prazo de 3 anos (36 meses) e com o valor da renda mensal de 257,51€ com IVA incluído, com a empresa 296 - Automóveis SA;
- Renting de duas viaturas da marca Peugeot, modelo Traveller Business Long 1.6 Blue HDi de 115 CVM6, 9 lugares, pelo prazo de 3 anos (36 meses) e com o valor da renda mensal de 526,34€ com IVA incluído, para cada uma das viaturas, com a empresa 296 - Automóveis SA;
- Renting de uma viatura da marca Isuzu, modelo D-MAX, 1.9Ddi CL 4WD LCH de 164 cv, 5 lugares, pelo prazo de 3 anos (36 meses) e com o valor da renda mensal de 435,34€ com IVA incluído, com a empresa Moniz de Sá Veículos Automóveis, Lda.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

DEFINIÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL – PROJETO DE INVESTIMENTO NO TECNOPARQUE – PORTAS DA LAGOA:

Pela Câmara Municipal foi presente o ofício n.º 9/2018, de 25 de janeiro das Portas da Lagoa, Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A., solicitando ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa (poder regulamentar), da alínea d) do artigo 15.º, e dos n.ºs 2 e 3, do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com as alíneas m), do n.º 2, do artigo 23.º, g), do n.º 1 e k), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro que, sob proposta da Câmara Municipal de Lagoa, a Assembleia Municipal de Lagoa, por deliberação aprove a classificação de interesse municipal e a isenção de aplicabilidade do IMI/IMT aos prédios urbanos (lotes) da titularidade das Portas da Lagoa, SA, descritos no referido ofício, por um período de 5 anos.

O Deputado Municipal Carlos Resendes, no uso da palavra, expôs que no documento apresentado foi referido que, com esta classificação de interesse municipal, haverá uma perda de receita anual de IMI, de 24.000,00 €, que corresponde a um terço do valor da derrama.

Questionou como estão a considerar suprimir esta receita em termos orçamentais, que será necessário compensar a nível de orçamento com outra receita.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e informou que quando foi elaborado o orçamento não foi contemplada esta receita de 24.000,00 €, pelo que não há nenhuma medida de compensação, pelo facto do Município de Lagoa perder esta receita de IMI, e não foi criada nenhuma despesa a contar com esta receita.

Explicou que a elaboração do orçamento das Autarquias Locais deve obedecer às regras previsionais, pelo que as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores à média aritmética simples das cobranças efetuadas nos últimos 24 meses que precedem o mês da sua elaboração. Mesmo que a Câmara Municipal estime receber receita de um grande investimento no Concelho, não a poderá incluir porque tem de respeitar as regras previsionais.

Mais referiu, que o orçamento que foi elaborado para 2018 reflete a média das receitas que foram arrecadadas nos últimos 24 meses e nunca tem em conta a previsão daquilo que eventualmente poderão vir a arrecadar ao longo do ano. Nesta medida não haverá nenhuma anulação de despesa por perda desta receita de IMI.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com vinte votos a favor e três abstenções dos membros do Partido Social Democrata, Carlos Resendes, Vítor Sousa e José Pacheco, dos vinte e três membros presentes:

1.º Aprovar a classificação de interesse municipal e a isenção de aplicabilidade do IMI/IMT aos referidos prédios urbanos (lotes) da titularidade das Portas da Lagoa, SA, por um período de 5 anos;

2.º Aprovar a presente deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou a palavra, a qual lhe foi passada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, deu as boas noites a todos e referiu que em relação ao último assunto aprovado, aquela informação não foi disponibilizada em reunião da Câmara Municipal e gostaria de saber se aqueles lotes urbanos ali referenciados se referem apenas aos lotes aonde ficará implementado o Hospital ou se referem a um maior número de lotes.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que o documento foi disponibilizado e presente na última reunião da Câmara Municipal. Informou que o processo apresentado de classificação de interesse municipal refere-se a alguns lotes do Tecnoparque e passaria a palavra ao Senhor Vice-Presidente Ricardo Martins Mota, que tem a competência nesta área, para explicar.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, solicitou que lhe fosse disponibilizada cópia da planta com identificação dos referidos lotes, porque o documento apresentado faz referência aos lotes mas não tem a planta com a sua identificação.

A Senhora Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vice-Presidente com competência delegada nesta área.

O Senhor Vice-Presidente Ricardo Martins Mota, no uso da palavra, deu as boas noites a todos, referiu que tem a planta com identificação dos referidos lotes, apresentou-a e informou que facultará cópia da mesma ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, agradeceu a informação prestada e referiu que não vê necessidade de haver perdão de receita de um lote, uma vez tratar-se de um lote urbano para construção de uma moradia unifamiliar.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, pediu que este assunto fosse discutido oportunamente entre os Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Ricardo Martins Mota, atendendo que o mesmo foi disponibilizado com a agenda, dentro dos prazos previstos por lei, a toda a Vereação da Câmara Municipal e tal curiosidade deveria ter sido manifestada em reunião da Câmara Municipal onde seria devidamente explicada.

Expôs que nas sessões da Assembleia Municipal, os Vereadores devem tomar a palavra mediante a anuência da Presidente da Câmara. Não devem ocorrer este tipo de pedido de esclarecimento por parte dos Vereadores que devem sim ocorrer nas reuniões da Câmara Municipal. Acrescentou que o período da ordem do dia já foi discutido, tratando-se agora do período de intervenção aberto ao público. Não está em causa a explicação e a oportunidade de facultar toda a informação que é exigida, mas os Vereadores têm assento noutro Órgão (a Câmara Municipal) onde têm a possibilidade de esclarecer devidamente todos os assuntos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado, no uso da palavra, referiu que nas sessões da Assembleia Municipal, os Vereadores podem usar da palavra e estão num estado democrático.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Senhora Presidente da Câmara Municipal.

A Senhora Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal reúne quinzenalmente, com a duração aproximadamente de três horas, em que todos os membros com delegação de competências estão disponíveis para facultar informação e debater todos os assuntos. Nas sessões da Assembleia Municipal é dada a palavra aos Deputados Municipais e

disse ao Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado que este está mal informado e que lhe enviará a legislação que sustenta a afirmação de que este não tem uso da palavra nas sessões da Assembleia Municipal a não ser após a autorização da Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que as explicações foram dadas e agradeceu as palavras da Senhora Presidente da Câmara.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Não se observou mais nenhuma intervenção.

Antes de dar por terminada esta sessão, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, as intervenções e os esclarecimentos prestados. Informou que em conjunto com a Senhora Presidente da Câmara Municipal prepararam um pequeno convívio para festejar o dia dos Compadres e das Comadres, pelo que convidaram todos os presentes a participarem na referida comemoração.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e uma horas e seis minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

E eu _____, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, nomeada para o efeito, a redigi e subscrevi.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

A SEGUNDA SECRETÁRIA
